

# Emprego formal no RS: por onde sobe a maré?

---

Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho\*

À memória de Francisco Carrion Jr.<sup>1</sup>

---

O comportamento do emprego formal no mercado de trabalho gaúcho, durante o ano 2000, é o tema deste artigo, que toma como sua fonte básica os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Duas evidências iniciais merecem destaque: em primeiro lugar, o comportamento do emprego, apreendido pelo saldo entre admissões e desligamentos, mostrou-se significativamente positivo tanto para o agregado nacional quanto para o Estado e, em segundo, a variação obtida para o Rio Grande do Sul foi um pouco mais alta do que para o agregado nacional (3,40% contra 3,20%). Buscou-se investigar como os diferentes setores e subsetores de atividade econômica contribuíram para essa performance do mercado de trabalho gaúcho, bem como caracterizar o perfil dos trabalhadores incorporados à ocupação formal, segundo características pessoais selecionadas (escolaridade, sexo e idade).<sup>2</sup>

---

\* Sociólogo, Técnico da FEE.

O autor agradece aos colegas do Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) da FEE pelas sugestões apresentadas a uma versão preliminar deste texto. Dentre eles, Sheila S. W. Sternberg foi, uma vez mais, uma importante interlocutora, profunda conhecedora que é das sutilezas metodológicas das bases de dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

<sup>1</sup> Hesitei em dedicar um texto tão prosaico a um cara tão grande. Fica como um afetuoso protesto pela surpresa e pela precocidade da partida.

<sup>2</sup> Compreensivelmente, o foco recai sobre essa "parcela" **acrescentada**, durante o ano 2000, ao estoque de postos de trabalho do mercado gaúcho. Ao longo do texto, como recurso de simplificação, faz-se referência às "novas" ocupações, ou aos empregos "gerados" no período. Cabe ressaltar, no entanto, que essa não é uma formulação rigorosa, pois está-se considerando o **saldo líquido** e não **todos** os novos postos. Tomando-se um exemplo: em um setor de atividade que, ao final de 1999, tinha 10 mil empregos podem, no decorrer do ano 2000, ter sido eliminados cinco mil e criados outros sete mil. Nesse caso, o setor teria sete mil novos empregos, mas o saldo líquido seria de dois mil. A expressão "novos empregos" poderia dar margem, ainda, a uma confusão adicional entre **postos** e **vínculos** de trabalho: a substituição de um trabalhador gera um vínculo contratual novo para um posto preexistente, e a implantação de um empreendimento, por sua vez, cria novos postos. De qualquer forma, não é a "novidade" o interesse deste exercício de análise, mas as variações quantitativas de contingentes.

O Caged é alimentado por informações que devem ser prestadas mensalmente pelos estabelecimentos empregadores que tiveram movimentação de pessoal (admissão e/ou desligamento de mão-de-obra). Essa fonte, de grande valia pela sua agilidade, não alcança, entretanto, o mesmo grau de confiabilidade que a outra base de dados do MTE, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), sendo inferior sua cobertura frente ao universo de informantes. Dessa forma, é problemático comparar ou articular diretamente os resultados da RAIS e do Caged. Enquanto a RAIS 2000 não se encontra disponível, Caged é a melhor fonte disponível para se apreender as tendências nos indicadores do mercado formal de trabalho. Pressupondo-se que as imperfeições da base incidem com certo grau de homogeneidade — vale dizer, sem vieses quanto a setores de atividade econômica ou recortes geográficos —, podem-se estabelecer comparações e identificar movimentos gerais, mesmo que as quantificações sejam aproximativas e provisórias, ao aguardo de serem “corrigidas” pela RAIS. A partir do chamado Módulo II, o Caged permite, ainda, conhecer o perfil dos trabalhadores admitidos e desligados, segundo atributos como sexo, idade e escolaridade, possibilitando captar alterações na composição da força de trabalho formalmente ocupada.<sup>3</sup>

Na próxima seção, analisa-se o desempenho do mercado de trabalho gaúcho no ano 2000, a partir do volume e da distribuição setorial do emprego, contemplando-se um recuo aos principais movimentos da década de 90 e buscando-se uma perspectiva comparada frente ao agregado do País. Na seção seguinte, enfocam-se as características da força de trabalho que veio incrementar o estoque de empregos formais, desagregando-se as variações dos contingentes ocupados segundo o sexo, a idade e a escolaridade. Nas considerações finais, além de uma sucinta retomada dos principais resultados, avançam-se alguns elementos para refletir sobre a dinâmica recente do emprego.

---

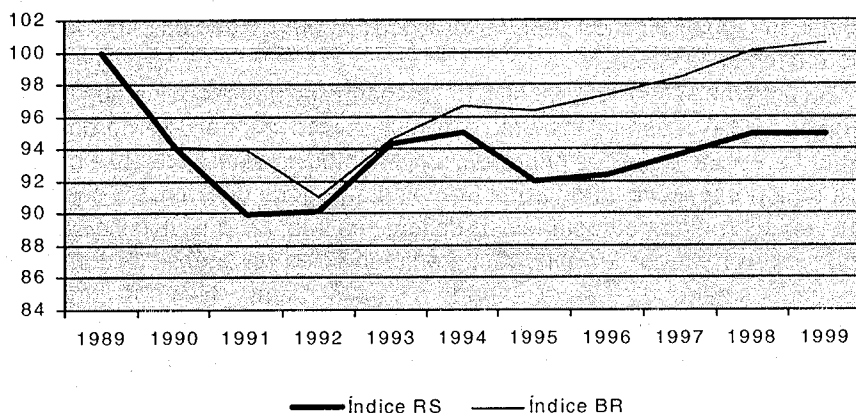
<sup>3</sup> O Caged abrange o Módulo I e o Módulo II. No Módulo I, o MTE deixa de computar a primeira informação de novos estabelecimentos, para compensar as omissões que, reconhecida-mente, ocorrem quanto aos desligamentos daquelas firmas que encerram suas atividades. Ao Módulo II, não é aplicada essa “depuração”. Por isso, os resultados do Módulo II – que é o que traz as informações sobre os atributos dos trabalhadores – precisam ser compatibilizados com os valores absolutos informados pelo Módulo I, procedimento aqui adotado. Cabe registrar que o MTE está testando uma base que unifica os dois módulos, intitulada Caged Estimativas.

## 1 - O ano 2000 na perspectiva da década de 90: emprego formal no Estado e no País

A evolução do número de empregos formais em cada ano,<sup>4</sup> colhida na Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego, evidencia que, ao longo dos anos 90, as adversidades que incidiram sobre o mercado de trabalho fizeram-se sentir com maior intensidade no Rio Grande do Sul do que no agregado nacional (Gráfico 1). Tomando-se as 10 variações anuais apuradas (estoque de emprego de um ano relativamente ao do ano anterior), constata-se que, em apenas três anos, o Estado teve desempenho mais favorável do que o País (1992, 1993 e 1997).

Gráfico 1

Índice do estoque de empregos formais no RS e no BR — 1989-99



FORNE DOS DADOS BRUTOS: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 1989-1999.

NOTA: 1. Os dados têm como base 1989 = 100.

2. Consideraram-se os trabalhadores empregados em 31 de dezembro de cada ano.

<sup>4</sup> As séries históricas realizadas a partir da RAIS tomam sempre o estoque de empregos em 31 de dezembro de cada ano.

A conjuntura recessiva do início da década atingiu fortemente o nível de emprego nos dois recortes geográficos. A marcante desvantagem do Rio Grande do Sul frente ao agregado do Brasil verificada em 1991 foi “compensada” em 1992 (Gráfico 1), de modo que, no triênio compreendido entre final de 1989 e final de 1992, o número de postos de trabalho decresceu em proporções similares no País e no Estado (9,1% e 10% respectivamente), assinalando-se, ainda assim, que a retração foi um pouco mais drástica no Rio Grande do Sul.

Em 1993, ano em que a recuperação econômica se manifestou claramente no mercado de trabalho, o Rio Grande do Sul logrou uma variação positiva um pouco superior à do agregado nacional em seu estoque de empregos. Entretanto, a partir de 1994, ano da implantação do Plano Real, o diferencial de dinamismo na geração de postos de trabalho, desfavorável ao Estado — e que já se observava na década de 80 (De Toni, Xavier Sobrinho, 1998) —, mostrou-se mais persistente e significativo. Dessa forma, em 1999, o Rio Grande do Sul apresentava ainda uma perda de 5,12% (96,3 mil postos de trabalho) no estoque de empregos formais relativamente a 1989, enquanto o agregado nacional ostentava uma variação positiva, embora pequena (0,5%, ou 132,7 mil postos). Nos seis últimos anos, 1994 a 1999, apenas em 1997 o mercado de trabalho gaúcho teve comportamento melhor do que o do País.

No ano passado, o Caged indica que o mercado formal de trabalho voltou a apresentar, no Rio Grande do Sul, comportamento um pouco melhor do que o no agregado nacional. Para este, a variação foi de expressivos 3,2%, enquanto, para o Estado, atingiu 3,4% (Tabela 1). Tendo-se presente que as bases não são comparáveis, vale a menção de que, na série da RAIS, taxas dessa magnitude não se verificavam desde 1993. No Estado, o Caged aponta a geração de aproximadamente 53,5 mil empregos formais no ano 2000. Destes, 30,5 mil localizavam-se na indústria de transformação, cuja expansão contribuiu, portanto, com 57,1% da variação positiva do mercado de trabalho gaúcho. Recorrendo-se à série da RAIS, observa-se que esse desempenho foi muito relevante, do ponto de vista da dinâmica do emprego do setor ao longo dos anos 90. Do final de 1989 ao final de 1998, a retração do número de postos de trabalho na indústria de transformação, no Estado, atingiu 22,6%, o pior resultado dentre os oito setores em que é aberta a base de dados do MTE. Essa perda no acumulado do período pode ser atribuída eminentemente às péssimas performances nos anos de 1990 e 1991 e, posteriormente, no de 1995 (tomando-se sempre como base o ano anterior). De 1992 a 1994, havia se esboçado uma discreta recuperação; entre 1996 e 1998, diversamente, os índices de emprego foram negativos para o setor, mas essas retrações, menos intensas, podem ser consideradas como a manutenção, atenuada, do forte encolhimento por que passou a indústria gaúcha no ano seguinte ao do Plano Real. Para o ano de 1999, a RAIS já assinala-

va, no Estado, uma significativa recuperação do emprego nesse segmento do Setor Secundário: 20,8 mil novos postos, ou 4,6%. A expansão no emprego da indústria de transformação gaúcha captada pelo Caged para o ano 2000 voltou a se demonstrar muito expressiva, atingindo 6,1%.

Tabela 1

Número de trabalhadores admitidos e desligados no mercado formal, saldo dessas movimentações e variação percentual no RS — 2000

SETORES E SUBSETORES (IBGE)	TRABALHADORES ADMITIDOS	TRABALHADORES DESLIGADOS	SALDO DE TRABALHADORES ADMITIDOS E DESLIGADOS	VARIAÇÃO % (1)
<b>Extrativa mineral</b>	1 759	1 475	284	6,7
<b>Indústria de transformação</b>	267 308	236 772	30 536	6,1
Indústria de produtos minerais não-metálicos	5 677	5 771	-94	-0,7
Indústria metalúrgica	20 670	17 954	2 716	5,8
Indústria mecânica	13 868	11 046	2 822	8,3
Indústria de material elétrico e de comunicações	4 423	3 831	592	5,2
Indústria de material de transporte	6 870	4 290	2 580	12,5
Indústria da madeira e do mobiliário	20 085	17 629	2 456	6,0
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	11 677	9 752	1 925	8,5
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas	32 093	29 842	2 251	5,4
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	18 935	16 538	2 397	6,6
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	11 614	9 371	2 243	9,3
Indústria de calçados	77 062	68 382	8 680	7,2
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	44 334	42 366	1 968	2,2
<b>Serviços industriais de utilidade pública</b>	3 935	4 125	-190	-1,7
<b>Construção civil</b>	60 377	63 746	-3 369	-4,3
<b>Comércio</b>	163 786	150 529	13 257	4,4
Comércio varejista	139 083	127 295	11 788	4,6
Comércio atacadista	24 703	23 234	1 469	3,2
<b>Serviços</b>	225 572	207 566	18 006	3,4
Instituições de crédito, seguros e capitalização	12 041	10 901	1 140	3,8
Comercialização e administração de imóveis, valores mobiliários, serviço técnico	72 146	64 570	7 576	6,6
Transportes e comunicações	29 992	26 356	3 636	4,0

(continua)

Tabela 1

Número de trabalhadores admitidos e desligados no mercado formal, saldo dessas movimentações e variação percentual no RS — 2000

SETORES E SUBSETORES (IBGE)	TRABALHADORES ADMITIDOS	TRABALHADORES DESLIGADOS	SALDO DE TRABALHADORES ADMITIDOS E DESLIGADOS	VARIAÇÃO % (1)
Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação .....	79 029	75 592	3 437	2,3
Serviços médicos, odontólogos e veterinários .....	18 523	16 986	1 537	1,9
Ensino .....	13 841	13 161	680	1,2
<b>Administração pública</b> .....	6 136	7 157	-1 021	-1,2
<b>Agropecuária</b> .....	31 732	36 059	-4 327	-6,4
<b>Outros/ignorado</b> .....	688	372	316	29,1
<b>TOTAL</b> .....	761 293	707 801	53 492	3,4

FONTES DOS DADOS BRUTOS: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), Módulo I.

(1) Variação do estoque de empregados em 31.12.00 relativamente ao de 1º.01.00.

Para o comportamento do agregado do mercado de trabalho estadual durante o ano passado merecem também destaque as contribuições do comércio e de serviços: o primeiro teve expansão de 4,4% em seus empregos formais (13,3 mil vagas), enquanto o segundo, de 3,4% (18,0 mil). Setores menos expressivos no que diz respeito à sua participação no mercado formal gaúcho sofreram redução em sua força de trabalho: a agropecuária (-6,4% ou 4,3 mil postos); a construção civil (-4,3% ou 3,4 mil postos); os serviços industriais de utilidade pública (-1,7% ou 190 postos); e a administração pública (-1,2% ou 1,0 mil postos). A extração mineral teve um elevado percentual de variação positiva no emprego (6,7%), mas, dada a sua pequena expressão no mercado de trabalho, essa performance teve pouca importância, representando apenas 284 novas vagas.

Retornando-se à análise da indústria de transformação, que se demonstrou decisiva para o bom desempenho do mercado de trabalho do Estado, no ano 2000, cabe observar que o diferencial positivo, a favor do Rio Grande do Sul, na comparação com as taxas do agregado nacional se verificou com intensidade ainda maior quando se trata desse setor de atividade. Segundo o Caged, o Brasil teve crescimento de 4,0% no total de empregados formais da indústria de transformação, enquanto no Estado, como já foi visto, essa taxa atingiu 6,1%.

Dos 12 subsetores em que as bases do MTE desagregam a indústria de transformação, 11 ostentaram crescimento do emprego no Estado, durante o ano 2000. A única exceção, produtos minerais não-metálicos, é um subsetor que não representa sequer 3% do emprego setorial; sua retração, ademais, foi

muito pouco pronunciada (-0,7%). O comportamento convergente dos diferentes segmentos industriais é um componente importante da conjuntura, indicando que os condicionantes para o bom desempenho setorial estiveram irradiados pelo tecido produtivo gaúcho.

Das vagas abertas na indústria de transformação gaúcha, quase 30% foram geradas na indústria de calçados, que abriu 8,7 mil postos de trabalho, a maior variação absoluta dentre os subsetores. No percentual de crescimento, esse segmento foi o quinto colocado do setor, atingindo uma variação de 7,2% sobre o ano anterior, a qual ficou atrás das obtidas por material de transporte (12,5%), têxtil (9,3%), papel e gráfica (8,5%) e mecânica (8,3%).

No *ranking* dos subsetores da indústria de transformação com maior número de postos de trabalho abertos no ano 2000, seguiram-se à indústria de calçados: a mecânica (2,8 mil postos), a metalúrgica (2,7 mil) e material de transporte (2,6 mil).

Nos dois outros grandes setores econômicos, do ponto de vista da distribuição do emprego estadual, que contribuíram para o bom desempenho do mercado de trabalho gaúcho no ano passado, os resultados positivos verificaram-se em todos os subsetores, semelhantemente ao que se observou para a indústria de transformação.<sup>5</sup> No caso do comércio, há apenas duas aberturas: o varejista, largamente predominante na estrutura do setor, ostentou, no ano 2000, crescimento superior ao do atacadista (4,6% e 3,2% respectivamente). Quanto aos seis subsetores de serviços, o destaque foi comercialização e administração de imóveis..., que liderou tanto em número de postos abertos — 7,6 mil, equivalentes a 42% dos empregos gerados pelo setor — quanto no percentual de variação (6,6%, quase o dobro da taxa global de serviços).

## 2 - Perfil dos trabalhadores incorporados ao mercado formal

Nesta seção, tendo como referência tendências anteriormente detectadas (Xavier Sobrinho et al., 2000) a respeito da evolução, ao longo dos anos 90, do

---

<sup>5</sup> Segundo a RAIS de 1999, o setor administração pública é o terceiro colocado na distribuição do emprego formal no Estado, à frente do comércio. Entretanto as imperfeições da base Caged distorcem, de forma especialmente drástica, os dados desse setor, fazendo com que as estimativas referentes ao seu contingente, nessa base, sejam flagrantemente subestimadas. Esta é uma perda importante para a análise: juntos, administração pública, comércio, serviços e indústria de transformação, totalizavam, na RAIS de 1999, mais de 90% do emprego formal do Estado.

perfil do trabalhador formal no Estado, busca-se caracterizar os trabalhadores que, no ano passado, conquistaram vínculos formais de trabalho segundo três atributos: escolaridade, sexo e idade. Essa análise se baseia no Módulo II do Caged, que, conforme referido, traz algumas fragilidades estatísticas adicionais na comparação com o já imperfeito Módulo I. Mesmo obedecidos os procedimentos recomendados pelo MTE para compatibilizar os dois módulos, os resultados devem ser tomados como indicações dos principais movimentos, devendo-se relativizar suas magnitudes.

## 2.1 - Escolaridade

Tabulando-se as admissões e os desligamentos registrados pelo Caged segundo a faixa de escolaridade dos trabalhadores, pode-se constatar que o resultado líquido dessas movimentações de mão-de-obra foi negativo apenas para o segmento de indivíduos com escolaridade inferior ao ensino fundamental completo (Tabela 2).

Ao longo dos anos 90, foi veloz a redução da participação, no conjunto dos trabalhadores formais, desse estrato com menos anos de estudo. Segundo a RAIS, ele representava mais de 50% do total em 1989, vindo-se reduzido a 36,8% 10 anos depois (Xavier Sobrinho et al., 2000). Essa flagrante retração da base da “pirâmide educacional” dos trabalhadores sugere, sem dúvida, um reforço na seletividade dos critérios de admissão estabelecidos pelos empregadores. A elevação nas exigências de educação formal estaria associada à implementação de inovações organizacionais e tecnológicas, segundo um entendimento bastante generalizado. Por outro lado, uma parcela dos empregadores poderia estar se beneficiando tão-somente do excedente da força de trabalho disponível — expresso nas taxas de desemprego, que cresceram significativamente junto aos indivíduos mais escolarizados ao longo da década de 90 — e contratando, sem necessitar elevar salários, trabalhadores com escolaridade superior à que seria necessária para ocupar postos de trabalho cujo conteúdo não foi enriquecido. A par dessa ambigüidade na avaliação dos fatores que condicionam os critérios patronais para o recrutamento, há que se ter presente que os níveis educacionais da população em geral — o que vale para a População Economicamente Ativa (PEA) em especial — estão em clara ascensão, o que indica que as mudanças no perfil do trabalhador formal não se dão apenas em resposta à demanda, mas também, em grande parte, como reflexo de uma inflexão no perfil da oferta de força de trabalho, quanto à variável escolaridade, neste mercado (Xavier Sobrinho, Sternberg, Jornada, 2000).



Tabela 2

Saldo das admissões e desligamentos e variação percentual do estoque de trabalhadores formais, segundo o setor de atividade e o nível de escolaridade, no RS — 2000

SETORES (IBGE)	ATÉ FUNDAMENTAL INCOMPLETO		FUNDAMENTAL COMPLETO OU MÉDIO INCOMPLETO		MÉDIO COMPLETO OU MAIS	
	Saldo de 2000 (1)	Δ % (2)	Saldo de 2000 (1)	Δ % (2)	Saldo de 2000 (1)	Δ % (2)
Extrativa mineral .....	127	4,5	89	9,9	65	13,0
Indústria de transformação .....	4 974	2,0	15 014	11,3	10 430	11,4
Serviços industriais de utilidade pública .....	-109	-2,0	-183	-5,4	105	1,4
Construção civil .....	-3 461	-8,5	-351	-2,1	412	4,0
Comércio .....	-481	-0,6	5 356	4,6	8 284	8,7
Serviços .....	511	0,4	6 374	4,7	11 015	5,0
Administração pública .....	-792	-1,1	-123	-0,2	-106	0,0
Agropecuária .....	-4 231	-7,6	-188	-2,0	94	1,4
Outros/ignorado .....	153	3 062,0	83	2 081,4	71	352,9
<b>TOTAL .....</b>	<b>-3 309</b>	<b>-0,5</b>	<b>26 073</b>	<b>5,5</b>	<b>30 370</b>	<b>4,6</b>

SETORES (IBGE)	IGNORADO		TOTAL	
	Saldo de 2000 (1)	Δ % (2)	Saldo de 2000 (1)	Δ % (2)
Extrativa mineral .....	2	-	284	6,7
Indústria de transformação .....	118	1 175,9	30 536	6,4
Serviços industriais de utilidade pública .....	-2	-	-190	-1,2
Construção civil .....	31	1 039,6	-3 369	-5,0
Comércio .....	98	975,4	13 257	4,5
Serviços .....	105	748,7	18 006	3,6
Administração pública .....	0	-11,2	-1 021	-0,3
Agropecuária .....	-2	-97,1	-4 327	-6,0
Outros/ignorado .....	9	226,7	316	957,6
<b>TOTAL .....</b>	<b>358</b>	<b>779,3</b>	<b>53 492</b>	<b>3,0</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MTE - Relação Anual de Informações Sociais /RAIS 1999.

MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/Caged: Módulo I.

MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/Caged: Módulo II.

(1) Dados do Módulo II do Caged (movimentação segundo a faixa de escolaridade) compatibilizados com os totais setoriais do Módulo I. (2) Variação percentual calculada considerando como ponto inicial a RAIS 1999 e como ponto final a soma dos estoques da RAIS 1999 com os saldos de movimentação de 2000, fornecidos pelo Caged, de acordo com a chamada 1. Os resultados constituem-se em uma aproximação, devendo ser tomados com cautela, por combinarem bases de dados diferenciadas metodologicamente. Observe-se que eles apresentam discrepâncias frente aos da Tabela 1, a qual, derivando diretamente do Módulo I, apresenta os dados oficiais do MTE para a variação do emprego em 2000 até a divulgação da RAIS desse ano.

Os dados do Caged permitem constatar que o estrato menos escolarizado da força de trabalho, mesmo tendo tido saldo líquido negativo na movimentação de mão-de-obra, ostentou, no Estado, ao longo do ano passado, destacada presença tanto nas admissões quanto nos desligamentos. De todos os trabalhadores admitidos no ano 2000, aqueles sem ensino fundamental completo representaram 40,9%; entre os desligados, sua participação atingiu 44,4%. Trata-se, em ambos os casos, de uma representação superior à que detinham sobre o total de empregados ao final de 1999 — que era de 36,8% segundo a RAIS, conforme referido. Dessa forma, o segmento sofre dupla penalização: a progressiva restrição de suas oportunidades ocupacionais e a carga de uma elevada rotatividade nos postos de trabalho, que, em algum momento, logra obter.

Tomando-se o comportamento desse contingente menos escolarizado nos três setores de atividade econômica aqui destacados, observa-se que o comércio, que gerou 13,3 mil vagas, assinalou redução no número de trabalhadores sem o ensino fundamental completo (-481 postos); em serviços, dos 18,0 mil novos empregos, apenas 511 (2,8%) foram destinados aos menos escolarizados; na indústria de transformação, por fim, dentre 30,5 mil indivíduos recrutados, 5,0 mil tinham menos de oito anos de estudo completos. No caso da indústria, esse estrato de escolaridade reteve 16,3% dos novos empregos gerados — parcela não desprezível, mas muito inferior à participação que ele desfruta no estoque de empregados formais: segundo a RAIS, ao final de 1999, 52,9% dos trabalhadores da indústria de transformação do Rio Grande do Sul tinham menos de oito anos de estudo. Os resultados dos três setores confirmam a inequívoca e veloz transição no perfil de escolaridade do mercado formal de trabalho.

Evidentemente, a esse estreitamento da base da distribuição corresponde um movimento de expansão nos outros níveis de escolaridade: o segmento dos trabalhadores com ensino fundamental completo e com ensino médio incompleto, que eram 26,6% do estoque apurado na RAIS de 1999, carrou 48,7% do saldo positivo dos empregos de 2000; já aquele correspondente ao ensino médio completo ou mais — 36,6% dos empregados, ao final de 1999 —, representou 56,8%.<sup>6</sup>

Na Tabela 2, observa-se que, no agregado dos setores de atividade, o contingente de trabalhadores com ensino fundamental completo ou médio incom-

---

<sup>6</sup> Esses dois percentuais, somados, ultrapassam 100%, porque, estando relacionados ao total de novos postos (53.492), são “compensados” pela perda de 3,3 mil postos no estrato inferior de escolaridade, que correspondem a -6,2% daquele total.

pleto foi o que maior percentual de crescimento apresentou.<sup>7</sup> Entretanto é importante reter uma sutileza: em cada um dos setores de atividade, a variação do estrato mais elevado de escolaridade (médio completo ou mais) superou a do nível anterior. Esse resultado expressa a diversidade do quadro “inicial” da distribuição da escolaridade nas diferentes atividades econômicas, as heterogêneas ponderações destas no total do emprego e a multiplicidade, inclusive de sinais, das variações no emprego, quando se cruzam setores e nível educacional. Esse aspecto, somado à simples constatação de que a maior variação absoluta no número de empregos se deu no estrato dos indivíduos que têm ensino médio completo ou mais, assinala que a posse desse nível de escolaridade vem crescendo em importância como credencial decisiva para o ingresso em postos formais de trabalho.

## 2.2 - Sexo

Durante o ano passado, manteve-se, no mercado de trabalho formal do Estado, a tendência, verificada ao longo da série da RAIS (Xavier Sobrinho et al., 2000), a uma diminuição no diferencial das participações de homens e de mulheres. Em 1989, 61,4% dos indivíduos, nesse segmento do mercado, eram do sexo masculino; em 1999, esse percentual havia caído para 58,18%. O quadro não é muito diferente ao do agregado nacional, no qual, em 1999, 60,8% dos empregos formais eram ocupados por homens. As diferenças intersetoriais quanto à distribuição dos trabalhadores segundo o sexo são bastante acentuadas: tomando-se os dados da RAIS de 1999 para o Estado, a parcela representada pelas mulheres variava de 7,1% na indústria extrativa mineral a 59,6% na administração pública (único setor com predominância feminina).

No agregado dos setores, o saldo positivo verificado no mercado de trabalho gaúcho, no ano 2000, beneficiou, em proporção muito próxima, mulheres e homens (Tabela 3), mas com uma pequena vantagem para as primeiras, que foram contempladas com 51,3% dos novos postos. Como o sexo feminino “partiu” de uma situa-

---

<sup>7</sup> Dadas as restrições metodológicas já explicitadas, mesmo se reconhecendo que isso complexifica a exposição e a leitura, não são apresentadas aqui estimativas, baseadas no Caged, do “estoque” de empregados – seja ao início, seja ao final do ano 2000 –, mas apenas as variações. O procedimento para chegar a essas estimativas é especialmente frágil, por aplicar à estrutura do emprego da RAIS de 1999 os saldos de admitidos e desligados fornecidos pelo Caged para o ano 2000.

ção de menor representatividade no mercado de trabalho, essa superioridade no número absoluto de postos conquistados no ano 2000 significou mais um importante passo no caminho de uma distribuição mais paritária do emprego formal.

Tabela 3

Saldo das admissões e desligamentos e variação percentual do estoque de trabalhadores formais, segundo o setor de atividade e o sexo, no RS — 2000

SETORES (IBGE)	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Saldo de 2000 (1)	Δ % (2)	Saldo de 2000 (1)	Δ % (2)	Saldo de 2000 (1)	Δ % (2)
Extrativa mineral .....	223	5,7	61	20,4	284	6,7
Indústria de transformação ..	17 102	5,4	13 434	8,4	30 536	6,4
Serviços industriais de utilidade pública .....	-181	-1,3	-9	-0,3	-190	-1,2
Construção civil .....	-3 623	-5,8	254	4,6	-3 369	-5,0
Comércio .....	5 976	3,4	7 281	6,3	13 257	4,5
Serviços .....	10 489	4,0	7 517	3,2	18 006	3,6
Administração pública .....	-631	-0,4	-390	-0,2	-1 021	-0,3
Agropecuária .....	-3 504	-5,8	-823	-7,4	-4 327	-6,0
Outros/ignorado .....	217	1 278,9	99	616,1	316	957,6
<b>TOTAL .....</b>	<b>26 068</b>	<b>2,5</b>	<b>27 424</b>	<b>3,7</b>	<b>53 492</b>	<b>3,0</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MTE - Relação Anual de Informações Sociais/RAIS 1999

MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/Caged: Módulo I.

MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/Caged: Módulo II.

(1) Dados do Módulo II do Caged (movimentação segundo o sexo) compatibilizados com os totais setoriais do Módulo I. (2) Variação calculada considerando como ponto inicial a RAIS de 1999 e como ponto final a soma dos estoques da RAIS de 1999 com os saldos de movimentação de 2000, fornecidos pelo Caged, de acordo com a chamada 1. Os resultados constituem-se em uma aproximação, devendo ser tomados com cautela, por combinarem bases de dados diferenciadas metodologicamente. Observe-se que eles apresentam discrepâncias frente aos da Tabela 1, a qual, derivando diretamente do Módulo I, apresenta os dados oficiais do MTE para a variação do emprego em 2000 até a divulgação da RAIS desse ano

Tomando-se os números de postos de trabalho, a indústria de transformação foi, dentre os setores de atividade, a principal responsável pelo incremento da oferta de trabalho tanto para os homens (17,1 mil) como para as mulheres (13,4 mil). O setor serviços colocou-se em segundo lugar, com 10,5 mil postos para os homens e 7,5 mil para as mulheres. A seguir, o comércio gerou um saldo de seis mil ocupações para o sexo masculino e de 7,3 mil para o feminino, constituindo-se, dentre os três principais setores considerados, no único a criar um número maior de vagas para as mulheres do que para os homens.

Assim como a tendência à elevação da escolaridade, recém-apontada, também o avanço da participação das mulheres é generalizado entre os setores de atividade, com exceção de serviços e da agropecuária. Como se observa na Tabe-

la 3, esses foram os únicos setores em que o percentual de variação do emprego feminino foi menor do que o do masculino. Em serviços, que se reveste de grande interesse devido ao seu peso na estrutura ocupacional, embora a variação do número de homens empregados tenha sido percentualmente mais elevada do que a do número de mulheres, esse diferencial não foi muito grande (4,0% e 3,2% respectivamente). Cabe registrar, ademais, que serviços é, na série da RAIS, o setor com distribuição mais equânime de seus postos de trabalho entre os sexos.

A indústria de transformação, diversamente, é, dentre os quatro principais setores econômicos, aquele com menor participação das mulheres na série da RAIS (em 1999, elas eram 33,5% da força de trabalho formalmente empregada). No saldo gerado no ano 2000, a distribuição foi, comparativamente, mais equilibrada: 44,0% dos novos postos industriais ficaram com as mulheres. Com isso, o setor — que, conforme foi visto, gerou a maioria absoluta do saldo de empregos do Estado — determinou largamente a possibilidade desse novo avanço da presença feminina no mercado de trabalho.

### 2.3 - Idade

Ao longo dos anos 90, em compasso com a transição demográfica por que passam o País e o Estado (Jardim, 1999), os trabalhadores com 40 anos de idade ou mais tiveram importante ganho de participação no universo dos empregados formais, passando de 25,4% em 1989 para 32,6% em 1999. Os menores de idade (10 a 17 anos), em contrapartida, tiveram sua parcela reduzida de 6,5% para 2,3% no mesmo período. Fenômeno similar, embora menos intenso, verificou-se com os jovens de 18 a 24 anos, cuja participação recuou de 21,7% para 18,41%. Por sua vez, a participação do segmento intermediário, de 25 a 39 anos, apresentou uma oscilação mais próxima à estabilidade ao longo da década.

Com esse pano de fundo, os dados relativos à variação do emprego no ano passado foram surpreendentes, pois marcaram uma larga vantagem dos segmentos mais jovens no acesso às vagas abertas no mercado de trabalho gaúcho. Praticamente, 30% do saldo positivo no número de postos de trabalho corresponderam à contratação de menores de idade: no estrato de 10 a 17 anos, assinalou-se uma elevação de 16,0 mil empregos — número bastante próximo, aliás, ao do decréscimo verificado no segmento de trabalhadores de 40 anos ou mais (13,7 mil). No número absoluto de ocupações formais geradas, o destaque incontestável ficou com a faixa de 18 a 24 anos: do total de 53,5 mil, esse segmento contribuiu com 44,4 mil, o equivalente a 83%.

As variações estimadas do emprego desagregadas pelas faixas etárias dos trabalhadores gaúchos no ano 2000 constam na Tabela 4.

Tabela 4

Saldo das admissões e desligamentos e variação percentual do estoque de trabalhadores formais, segundo o setor de atividade e a idade, no RS — 2000

SETORES (IBGE)	10 A 17 ANOS		18 A 24 ANOS		25 A 39 ANOS	
	Saldo de 2000 (1)	Δ % (2)	Saldo de 2000 (1)	Δ % (2)	Saldo de 2000 (1)	Δ % (2)
Extrativa mineral .....	10	13,9	99	18,9	112	5,8
Indústria de transformação ..	8 561	44,1	18 195	15,5	5 619	2,5
Serviços industriais de utilidade pública .....	0	0,0	184	11,8	-23	-0,3
Construção civil .....	256	37,3	800	6,5	-2 128	-7,1
Comércio .....	4 209	36,2	10 396	11,8	-282	-0,2
Serviços .....	2 758	40,6	15 000	17,9	5 672	2,4
Administração pública .....	23	30,2	209	1,5	-261	-0,2
Agropecuária .....	206	14,5	-634	-5,8	-1 892	-5,8
Outros/ignorado .....	10	964,3	101	1 688,4	131	1 305,3
<b>TOTAL .....</b>	<b>16 033</b>	<b>39,9</b>	<b>44 350</b>	<b>13,5</b>	<b>6 947</b>	<b>0,8</b>

SETORES (IBGE)	40 ANOS OU MAIS		IGNORADO		TOTAL	
	Saldo de 2000 (1)	Δ % (2)	Saldo de 2000 (1)	Δ % (2)	Saldo de 2000 (1)	Δ % (2)
Extrativa mineral .....	68	3,9	-4	-51,4	284	6,7
Indústria de transformação ..	-1 806	-1,6	-32	-55,7	30 536	6,4
Serviços industriais de utilidade pública .....	-347	-4,5	-4	-32,3	-190	-1,2
Construção civil .....	-2 280	-9,2	-17	-189,9	-3 369	-5,0
Comércio .....	-1 115	-1,9	49	94,0	13 257	4,5
Serviços .....	-5 325	-3,1	-100	-83,1	18 006	3,6
Administração pública .....	-966	-0,5	-26	-11,1	-1 021	-0,3
Agropecuária .....	-1 991	-7,4	-17	-41,3	-4 327	-6,0
Outros/ignorado .....	76	473,0	-1	-	316	957,6
<b>TOTAL .....</b>	<b>-13 687</b>	<b>-2,4</b>	<b>-152</b>	<b>-28,4</b>	<b>53 492</b>	<b>3,0</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MTE - Relação Anual de Informações Sociais/RAIS 1999

MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/Caged: Módulo I

MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/Caged: Módulo II.

(1) Dados do Módulo II do Caged (movimentação segundo a idade) compatibilizados com os totais setoriais do Módulo I. (2) Variação calculada considerando como ponto inicial a RAIS de 1999 e como ponto final a soma dos estoques da RAIS de 1999 com os saldos de movimentação de 2000, fornecidos pelo Caged, de acordo com a chamada 1. Os resultados constituem-se em uma aproximação, devendo ser tomados com cautela, por combinarem bases de dados diferenciadas metodologicamente. Observe-se que eles apresentam discrepâncias frente aos da Tabela 1, a qual, derivando diretamente do Módulo I, apresenta os dados oficiais do MTE para a variação do emprego em 2000 até a divulgação da RAIS desse ano.

Como se observa — mesmo tendo-se presente, com base na RAIS de 1999, a pequena representatividade dos menores de idade na estrutura do emprego —, é impressionante a elevação ocorrida nesse contingente, ao longo do ano passado: 39,9%. A indústria de transformação foi o setor em que esse percentual mais se destacou, atingindo 44,1%. Com exceção de serviços industriais de utilidade pública, todos os setores marcaram elevação relativa importante nessa faixa etária. De modo geral, também são muito altas, se comparadas com as taxas globais de cada setor, as variações verificadas no segmento de 18 a 24 anos. Dentre os setores em que houve crescimento do emprego, o de serviços mostra a maior “vantagem” relativa para essa faixa de idade: o aumento nela verificado é quase cinco vezes superior à taxa global do setor (já bastante significativa).

O estrato dos trabalhadores de 25 a 39 anos teve percentual de crescimento inferior à taxa global, o que se verifica tanto para o agregado setorial quanto para os três principais setores econômicos, cabendo destacar, dentre estes, a situação do comércio, em que essa faixa de idade teve retração em número absoluto de trabalhadores. O segmento de indivíduos de 40 anos ou mais, por sua vez, teve perdas generalizadas, quer se tome o número de empregos, quer se considere sua participação. Essa foi a única faixa etária em que se apurou variação negativa no contingente empregado.

### **3 - Considerações finais**

A análise do perfil dos trabalhadores incorporados ao mercado formal de trabalho gaúcho no ano passado mostra a persistência de dois movimentos detectados com bastante clareza na década passada: primeiramente, avança-se rumo a um maior equilíbrio na distribuição de postos de trabalho entre homens e mulheres (o que não deve ser confundido com uma inserção equânime segundo o sexo, do ponto de vista das remunerações e da qualidade dos empregos, aspectos que não foram aqui analisados, mas nos quais os progressos são mais lentos). Em segundo lugar, há uma rápida elevação do patamar de escolaridade dos trabalhadores no segmento formal do mercado de trabalho, que, embora reflita um aumento dos níveis educacionais da população em geral, caracteriza o ensino básico como um critério decisivo de seletividade para o acesso a empregos de melhor qualidade.

Por outro lado, do ponto de vista da estrutura etária dos trabalhadores formais, o ano 2000 marcou, no Estado, um reforço muito acentuado da participação dos jovens em detrimento da dos indivíduos de 40 anos ou mais, o que contrasta com o movimento geral da década passada.

Tomando-se o volume e a distribuição setorial do emprego, a performance do mercado formal de trabalho gaúcho em 2000, à luz das tendências que marcaram os anos 90 — especialmente após o Plano Real (De Toni, Xavier Sobrinho, 1998; Xavier Sobrinho et al., 2000) —, evidencia alguns contrastes importantes, cujo caráter — de excepcionalidade ou de reversão de movimentos — ainda não é possível afirmar com segurança.

Em primeiro lugar, no Estado e no País, desde antes da implantação do Plano Real, não se registrava desempenho tão positivo do emprego formal como no ano passado. Em segundo, o crescimento do número de postos de trabalho no Rio Grande do Sul foi, proporcionalmente, um pouco superior ao do agregado nacional — outra evidência a distinguir o ano 2000 da série recente. Um terceiro elemento a considerar é que, dos principais setores de atividade, a indústria de transformação gaúcha atingiu a mais alta taxa de variação de seu contingente empregado, tendo sido responsável, no Estado, por mais da metade do saldo líquido de postos formais — ao passo que, ao longo da década anterior, foi o cerne da retração das oportunidades ocupacionais. O crescimento do emprego, ademais, deu-se de forma generalizada: dos 12 subsetores da indústria de transformação do Caged, 11 geraram vagas adicionais, sendo que a mais baixa taxa de crescimento, dentre eles, superou os 2%, ao passo que a mais alta atingiu 12,5%.

Essa boa performance tem seu fundamento, inequivocamente, no desempenho econômico do Rio Grande do Sul, no ano passado. As estimativas do Núcleo de Contabilidade Social da FEE apontam que as taxas do Produto Interno Bruto (PIB) atingiram níveis destacáveis frente aos parâmetros da década de 90, sendo a indústria de transformação, também aqui, o carro-chefe. Enquanto a variação global do PIB atingiu 4,6%, o setor teve crescimento de 9,2%, determinando, em quase 60%, a performance geral da economia gaúcha. Das 18 aberturas do setor apresentadas, 14 ostentaram taxas positivas, sendo que a mais elevada — da mesma forma como se verificou para o emprego no Caged do MTE — ficou com material de transporte.

O alento que o desempenho da economia e do mercado de trabalho trouxe, no ano 2000 não se restringiu aos trabalhadores e aos agentes econômicos no plano do mercado, mas também se fez sentir no plano do pensamento. Como destaca Ramos (2001), desde os anos 80, nos países mais avançados industrialmente, e, no caso brasileiro, especialmente nos anos 90, vinha-se observando um “descolamento” dos índices de variação do emprego frente às taxas de crescimento do Produto, que levou a especulações teóricas bastante heterodoxas, que acolheram esse fenômeno como uma mudança estrutural de caráter permanente, a indicar a necessidade de uma profunda revisão no “papel” do trabalho, nas economias capitalistas contemporâneas. Esse autor associa os indicadores sobre o mercado de trabalho e a economia brasileira no ano 2000 a uma série de experiências que vêm erodindo essas hipóteses, recolocando a “clássica” relação en-



tre geração de empregos e períodos de crescimento longo e estável. O “divórcio” — que efetivamente se caracterizou em boa parte da década passada (De Toni, Xavier Sobrinho, 1998) — entre as taxas de crescimento do emprego e do Produto, no Estado e no País, pode ser compreendido como expressão de um ciclo de reestruturação em que a difusão de inovações, fechamentos e aberturas de empresas, mudanças na propriedade do capital, reorientações de estratégias de mercado, etc. alteraram sensivelmente o tecido produtivo. No caso brasileiro, como destaca Ramos (2001), a rápida abertura comercial e a repentina mudança nos parâmetros cambiais, aportada com o Plano Real, foram um aspecto fundamental a definir a forma como esse processo se configurou.

A efetividade dessas mudanças estruturais pode ser constatada, dentre outras manifestações, através dos elevados ganhos de produtividade da indústria de transformação, ao longo da década passada, flagrantes no espaço estadual (Bastos, 2000). Os indicadores do ano passado — notadamente a maior capacidade de “resposta” do mercado de trabalho ao crescimento econômico — podem indicar que a etapa mais drástica dos ajustes produtivos esteja se encerrando.

## Bibliografia

- BASTOS, Raul Luis A. (2000). Emprego e produtividade na indústria de transformação do Rio Grande do Sul: alguns aspectos nos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, v.28, n.1, p.137-180.
- DE TONI, Miriam, XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. (1998). **Desafios do emprego**. Porto Alegre : SCP/FEE/METROPLAN. Projeto RS 2010.
- JARDIM, Maria de Lourdes (2000). Dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul. In: FLIGENSPAN, Flávio B. **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre : FEE.
- RAMOS, Carlos Alberto (2001). Desemprego e o ciclo histórico das idéias. **Gazeta Mercantil**, 9 jan., p.A3.
- XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. et al. (2000). Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul nos anos 90. In: FLIGENSPAN, Flávio B. **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre : FEE, 2000.
- XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F., STERNBERG, Sheila S. W, JORNADA, Maria Isabel H. da (2000). Escolaridade do trabalhador formal no RS: evolução em um quadro de diversidades regionais. **Indicadores Econômicos FEE**, v.28, n.3, p.62-93.